



TOLEDOPREV

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO FAPES

ATA Nº 015/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos dezesseis dias do mês de junho de 2026, às dez horas, reuniram-se, por meio de videoconferência realizada pela plataforma Google Meet, os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (TOLEDOPREV), nomeados pela Portaria nº 113, de 3 de fevereiro de 2025, para reunião ordinária. Estiveram presentes os membros: Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal; Roseli Fabris Dalla Costa, Diretora-Executiva do TOLEDOPREV; Rosângela de Farias Cordeiro, Contadora; e Tatiane Mendes Berto da Silva, Representante dos Segurados. Foi registrada a ausência justificada de Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração. Participou também da reunião, na qualidade de consultor, Ronaldo de Oliveira, representante da empresa i9 Advisory. A pauta da reunião incluiu os seguintes assuntos: **1) Apresentação do Estudo de ALM; 2) Análise do Cenário Macroeconômico; 3) Apresentação da Carteira de Investimentos, com posição em 29 de maio de 2026; 4) Análise da performance dos investimentos; 5) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação; 6) Avaliação da Execução Orçamentária e análise do Fluxo de Caixa referente ao mês de maio de 2026; 7) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos; 8) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV – posição de maio de 2026.** A Diretora Executiva do TOLEDOPREV, Roseli, deu início à reunião agradecendo a presença de todos e, na sequência, passou-se à análise dos itens da pauta. **1) Apresentação do Estudo de ALM;** O consultor Ronaldo de Oliveira, representante da empresa I9Advisory, realizou a apresentação do Estudo de ALM Estocástico 2026 do TOLEDOPREV, datado de 17 de abril de 2026, com o objetivo de subsidiar a gestão integrada de ativos e passivos do RPPS, considerando as projeções atuariais, o fluxo de pagamento de benefícios, as premissas de rentabilidade, o cenário macroeconômico e a composição atual da carteira de investimentos. Durante a exposição, foram abordados os fundamentos do Asset Liability Management – ALM, destacando sua importância para a análise conjunta dos riscos financeiros e atuariais, bem como para a avaliação da compatibilidade entre os ativos financeiros disponíveis e as obrigações presentes e futuras do plano previdenciário. Também foram apresentados aspectos relacionados à Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente quanto aos critérios aplicáveis à aquisição, classificação e manutenção de títulos públicos federais na categoria “mantidos até o vencimento”, incluindo a necessidade de demonstração da capacidade financeira do RPPS para manter tais ativos até o vencimento e da compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações do plano. O estudo apresentou a carteira do TOLEDOPREV em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 817.783.919,40, bem como a sugestão de carteira ótima resultante das simulações realizadas, com maior concentração em ativos indexados ao IPCA, especialmente NTN-Bs marcadas na curva, além de alocações em CDI, S&P, MSCI e Ibovespa. Foi destacada a sugestão de ampliação da alocação em títulos públicos federais indexados ao IPCA, com vencimentos mais longos, especialmente NTN-Bs 2040, 2045, 2050, 2055 e 2060, observadas as condições de mercado, os limites legais, a Política de Investimentos vigente, os credenciamentos existentes e os procedimentos internos de governança. O consultor também apresentou as análises de liquidez, evolução patrimonial e rentabilidade projetada, ressaltando que, segundo as simulações do estudo, a carteira sugerida indica baixa probabilidade de insuficiência de caixa e expectativa de retorno médio superior à meta atuarial adotada pelo TOLEDOPREV, atualmente correspondente a INPC acrescido de 5,81% ao ano. Foi esclarecido que as recomendações constantes do estudo constituem subsídio técnico para a tomada de decisão do Comitê de Investimentos, não afastando a necessidade de avaliação periódica das condições de mercado, da aderência à Política de Investimentos, dos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 e dos demais normativos aplicáveis aos RPPS. Após a apresentação, os membros do Comitê de Investimentos tomaram ciência do conteúdo do Estudo de ALM Estocástico 2026, ficando registrado que as informações apresentadas servirão de base técnica para a análise de futuras movimentações,

realocações e estratégias de investimento da carteira do TOLEDOPREV, especialmente quanto à alocação em títulos públicos federais e ao alinhamento entre ativos, passivos, liquidez e meta atuarial. Encerrada a apresentação do consultor Ronaldo de Oliveira prosseguiu-se ao item 2 da pauta. **2) Análise do Cenário Macroeconômico;** foi realizada a análise do cenário macroeconômico com base no Relatório Macroeconômico de junho de 2026, elaborado pela i9Advisory. Destacou-se que o ambiente externo permanece desafiador, marcado por pressões inflacionárias decorrentes do choque de energia, atividade econômica resiliente nos Estados Unidos, desaceleração na Área do Euro e crescimento moderado na China, sustentado principalmente por investimentos industriais, tecnologia e exportações. No cenário doméstico, observou-se a continuidade da resiliência da atividade econômica, com mercado de trabalho aquecido, crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2026 e salários reais em elevação. Por outro lado, o relatório apontou deterioração do quadro inflacionário, com pressão em alimentos, serviços e núcleos de inflação, além de expectativas ainda desancoradas. Diante desse contexto, foi registrada a expectativa de redução da taxa Selic para 14,25% ao ano, com possível pausa no ciclo de calibragem da política monetária. Foram também observados os desempenhos dos principais indicadores financeiros até maio de 2026, com destaque para a rentabilidade positiva dos índices de renda fixa em ambiente de juros elevados, a volatilidade da renda variável local e a recuperação dos índices internacionais no mês. Após análise, os membros do Comitê tomaram ciência do cenário apresentado, ressaltando a necessidade de manutenção de postura prudente na gestão dos investimentos do TOLEDOPREV, com acompanhamento contínuo da inflação, juros, riscos fiscais, cenário externo, volatilidade dos mercados e aderência da carteira à Política de Investimentos vigente e aos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025. **3) Apresentação e deliberação da Carteira de Investimentos, com posição em 29 de maio de 2026;** na sequência, foi apresentado o relatório da posição de ativos e do enquadramento da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, elaborado pela empresa i9 Advisory, com data-base de 29 de maio de 2026. Conforme o relatório, a carteira de investimentos atingiu o montante de R\$ 858.188.777,83, distribuído entre os seguintes segmentos: 84,46% em renda fixa, 4,94% em renda variável, 2,12% em investimentos no exterior e 8,47% em investimentos estruturados. Consideradas as disponibilidades financeiras, no valor de R\$ 376.458,06, o total consolidado correspondeu a R\$ 858.565.235,89. Também foram apresentados os demonstrativos de enquadramento da carteira em relação aos limites estabelecidos na Política Anual de Investimentos e na Resolução CMN nº 5.272/2025, não sendo identificadas irregularidades quanto aos limites regulatórios aplicáveis. O enquadramento evidenciou, entre outros pontos, alocação de 37,15% dos recursos no Artigo 7º, inciso I; 24,81% em Títulos Públicos do Tesouro Nacional, enquadrados no Artigo 7º, inciso III; 22,50% no Artigo 7º, inciso V; 4,94% em renda variável; 2,12% em investimentos no exterior; e 8,47% em fundos multimercados classificados como investimentos estruturados. Foram ainda apresentados os gráficos de alocação por artigo da Resolução CMN, por estratégia de investimento e por gestor, evidenciando a distribuição dos recursos entre as diferentes instituições financeiras e classes de ativos que compõem a carteira do RPPS, com destaque para 59,69% dos recursos sob gestão da Caixa Econômica Federal e 24,81% alocados diretamente em Títulos Públicos do Tesouro Nacional. Ademais, foram apresentadas as rentabilidades por estratégia e a análise de liquidez por período. A análise de liquidez demonstrou que 71,49% dos recursos possuem liquidez de até 30 dias, 2,32% entre 31 e 365 dias e 26,19% acima de 365 dias, evidenciando adequada capacidade de liquidez para atendimento das obrigações previdenciárias do RPPS. O Comitê registrou, ainda, que determinadas alocações enquadradas nos Artigos 8º, inciso III, 9º, inciso II, e 9º, inciso III, da Resolução CMN nº 5.272/2025 configuram desenquadramento passivo decorrente da entrada em vigor da nova norma, situação permitida pelo prazo de até dois anos, nos termos do Art. 27 da referida Resolução, permanecendo vedadas novas aplicações nesses segmentos até eventual reenquadramento da carteira. **4) Análise da performance dos investimentos;** prosseguindo, o Comitê analisou a performance da carteira consolidada com data-base de 29 de maio de 2026, verificando que, no acumulado do exercício, a rentabilidade foi de 5,84%, ante 5,73% da meta atuarial, resultando em variação positiva de 0,11 p.p. no período. No mês de maio de 2026, a carteira apresentou rentabilidade de 1,58%, superior à meta atuarial mensal de 1,10%, com desempenho excedente de 0,47 p.p. O Comitê registrou que, em horizontes de médio prazo, a carteira permanece apresentando desempenho satisfatório, com retorno acumulado de 3,92% em 3 meses, frente a 3,82% da meta atuarial, e de 6,97% em 6 meses, ante 6,41% da meta, representando excedente de 0,56 p.p. neste último período. No acumulado de 12 meses, a carteira apresentou rentabilidade de 15,21%, superando a meta atuarial de 10,03%, com resultado excedente de 5,18 p.p. Da mesma forma, os resultados acumulados em 24 meses, de 29,15%, e em 36 meses, de 44,34%, permaneceram superiores às respectivas metas atuariais, evidenciando consistência da estratégia de investimentos no médio e longo prazo. Registrou-

se, ainda, que a carteira superou a meta atuarial em 37 meses, equivalentes a 48,05% do histórico apurado, tendo apresentado como maior rentabilidade mensal 2,52%, em novembro de 2023, e como menor resultado -3,86%, em março de 2020. Conforme demonstrado nos gráficos de evolução patrimonial e de rentabilidade acumulada, a carteira manteve trajetória de crescimento patrimonial ao longo do período analisado. O Comitê ressaltou, por fim, a necessidade de continuidade do acompanhamento da aderência da rentabilidade à meta atuarial, especialmente diante do cenário macroeconômico de elevada volatilidade, persistência inflacionária, incertezas geopolíticas e manutenção de juros em patamar elevado. **5) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação;** prosseguindo, o Comitê realizou o acompanhamento do Relatório de Risco da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com data-base de 29 de maio de 2026, elaborado pela empresa i9 Advisory. Conforme apresentado, considerando horizonte de 21 dias e nível de confiança de 95%, o Value-at-Risk – VaR da carteira consolidada correspondeu a R\$ 7.373.024,45, equivalente a 0,86% do patrimônio analisado, com volatilidade anualizada de 1,58%. Foi observado que os indicadores de risco permanecem compatíveis com os limites estabelecidos na Política de Investimentos, com VaR de 0,30% para os ativos enquadrados no Artigo 7º, 6,15% para o Artigo 8º, 8,19% para o Artigo 9º e 4,53% para o Artigo 10º. O Comitê registrou que a maior parcela da carteira permanece concentrada em renda fixa, segmento que apresentou menor nível de risco relativo, enquanto os segmentos de renda variável, investimentos no exterior e investimentos estruturados apresentaram maior volatilidade, conforme esperado em razão da natureza dos ativos. Também foi analisada a matriz de correlação dos ativos e estratégias, calculada com base nos retornos diários dos últimos seis meses. Verificou-se que os ativos pertencentes a uma mesma classe ou indexador tendem a apresentar correlação mais elevada entre si, especialmente no caso dos títulos públicos federais e de fundos com estratégias semelhantes. Por outro lado, observou-se a existência de correlações baixas ou negativas entre determinadas classes de ativos, o que contribui para a diversificação da carteira e para a mitigação do risco agregado. Após análise, o Comitê tomou ciência dos indicadores apresentados, ressaltando a importância do acompanhamento contínuo do risco, da volatilidade, do VaR, da correlação entre os ativos e da aderência da carteira à Política de Investimentos vigente, especialmente diante do atual cenário de incertezas macroeconômicas, oscilações nos mercados de renda variável e exterior e manutenção de juros em patamar elevado. **6) Avaliação da Execução Orçamentária e análise do Fluxo de Caixa referente ao mês de maio de 2026;** na sequência, procedeu-se à análise da execução orçamentária acumulada até o mês de maio de 2026 e do fluxo de caixa referente ao mês de maio de 2026. Quanto às receitas, verificou-se arrecadação total acumulada de R\$ 72.906.977,73, correspondente a 28,60% da receita anual prevista, no montante de R\$ 254.951.390,69. Em relação às despesas, verificou-se execução acumulada de R\$ 50.576.182,72, correspondente a 19,83% do orçamento autorizado, de R\$ 255.051.390,69. O principal componente das despesas refere-se ao pagamento de aposentadorias e pensões, que totalizou R\$ 50.362.171,13 no período, além das despesas com compensações previdenciárias e despesas administrativas da unidade gestora. No que se refere ao fluxo de caixa do mês de maio de 2026, registraram-se ingressos no valor de R\$ 20.343.680,29, com destaque para as receitas de contribuições previdenciárias, no montante de R\$ 8.041.986,75, e para as receitas originárias, no valor de R\$ 9.482.285,64. Os desembolsos totalizaram R\$ 13.160.618,35, dos quais R\$ 10.294.892,53 corresponderam a despesas com pessoal e demais despesas correntes vinculadas à função Previdência Social, resultando em fluxo de caixa líquido positivo de R\$ 7.183.061,94 no mês. Em decorrência desse resultado, o saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 809.960.841,05, em 30 de abril de 2026, para R\$ 817.143.902,99, em 31 de maio de 2026. Registrou-se, ainda, que, a partir de janeiro de 2026, os rendimentos das aplicações financeiras passaram a ser contabilizados em conformidade com a IPC 14 e com a Nota Técnica nº 35/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, razão pela qual os valores apresentados a partir de 2026 não são integralmente comparáveis aos de exercícios anteriores. Diante das informações apresentadas, o Comitê registrou que a execução orçamentária e o fluxo financeiro do RPPS permanecem compatíveis com as obrigações previdenciárias do período, mantendo-se adequada capacidade de liquidez para o pagamento dos benefícios e para a gestão da carteira de investimentos. **7) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos;** o Comitê de Investimentos analisou e convalidou as movimentações de aplicações e resgates realizadas no período, registrando que, no mês de junho, foi mantida a estratégia de direcionamento dos recursos para o fundo Caixa Brasil Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo (CNPJ nº 05.164.356/0001-84). Roseli destacou que as decisões permaneceram alinhadas à estratégia de otimização das alocações, com foco na aderência à meta atuarial, sem elevação do nível de risco da carteira. Consignou-se, ainda, que os recursos ingressados no período, especialmente os oriundos de compensação previdenciária, de levantamento judicial e das contribuições dos servidores e patronal,

continuaram sendo alocados no referido fundo, em razão de seu perfil conservador, de sua compatibilidade com as necessidades de liquidez do RPPS e de sua aderência à estratégia de alocação de curto prazo adotada pelo Comitê. Após análise técnica, o Comitê ratificou e aprovou as movimentações realizadas no fundo Caixa Brasil Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo (CNPJ nº 05.164.356/0001-84) conforme discriminado a seguir: **Na conta nº 575215351-0: a)** aplicação no valor de R\$ 7.776.322,09, referente a recursos provenientes das contribuições do servidor e patronal, competência maio de 2026; **Na conta nº 575215353-7: b)** aplicação no valor de R\$ 821.924,33, proveniente de recursos de compensação previdenciária. Por fim, em continuidade ao deliberado na Ata nº 004/2026, da reunião ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026, o Comitê avaliou a conveniência de manutenção dos recursos aplicados no fundo MS Global Opportunities Advisory FIF Investimento no Exterior. Registrou-se que, desde a aprovação da estratégia de desinvestimento, o Comitê vem acompanhando a performance do fundo e a evolução das condições do mercado internacional, com o objetivo de identificar o momento mais adequado para a efetivação do resgate. Embora permaneça válida a estratégia de desinvestimento anteriormente aprovada, o Comitê verificou que o cenário atual ainda não se apresenta favorável à realização do resgate, tendo em vista a desvalorização observada nas cotas do fundo ao longo do exercício de 2026. Observou-se que o desempenho negativo acumulado reflete a volatilidade dos mercados internacionais, especialmente em razão das incertezas econômicas globais, da manutenção de juros elevados nas principais economias e das oscilações dos ativos de tecnologia e renda variável no exterior. Não obstante, foram identificados sinais de recuperação parcial do ativo, razão pela qual o Comitê entendeu não ser recomendável, neste momento, realizar o resgate nas atuais condições de mercado. Diante disso, deliberou-se pela manutenção temporária da aplicação, permanecendo válida a estratégia de desinvestimento, a ser implementada em momento mais oportuno, preferencialmente quando o fundo apresentar recuperação total da desvalorização registrada no exercício de 2026, com recomposição do valor da cota em relação ao patamar observado no início do exercício. A decisão deverá observar o interesse previdenciário do RPPS, a evolução do mercado internacional, os prazos de cotização e liquidação aplicáveis, bem como as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, permanecendo vedadas novas aplicações no segmento enquanto perdurar o desenquadramento passivo decorrente da entrada em vigor da referida norma. **8) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV – posição de maio de 2026;** após avaliação dos indicadores de conformidade, rentabilidade, risco e aderência às diretrizes legais e internas, o Comitê de Investimentos deliberou pela emissão do Parecer nº 010/2026, por meio do qual se manifesta pela aprovação da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV quanto à sua conformidade e ao desempenho apresentado no período de referência. O referido parecer, acompanhado do Relatório Mensal de Investimentos, será encaminhado ao Conselho Fiscal para fins de apreciação e deliberação. Não havendo mais itens a serem apresentados ou aprovados, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que segue devidamente assinada pelos presentes.

Jaldir Anholetto - Presidente do Conselho Fiscal

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) v. 06/03/2027

Leandro Marcelo Ludvig - Presidente do Conselho de Administração

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

Roseli Fabris Dalla Costa - Diretora Executiva do TOLEDOPREV

Certificação Profissional TOTUM: Avançado (CP RPPS CGINV III) – v. 08/11/2026

Tatiane Mendes Berto da Silva - Representante dos Segurados

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

Rosângela de Farias Cordeiro - Resp. pela Contabilidade - Contadora

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 07/01/2029



Documento assinado eletronicamente por **Roseli Fabris Dalla Costa, Diretor(a) Executivo(a) do ToledoPrev**, em 16/06/2026, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Mendes Berto da Silva, Membro do Comitê de Investimentos**, em 16/06/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Farias Cordeiro, Membro do Comitê de Investimentos**, em 16/06/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal**, em 16/06/2026, às 23:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0181661** e o código CRC **B82DB660**.

Rua Raimundo Leonardi, 1586 Toledo - PR, CEP 85900-110, 45 3196-2081
toledoprev@toledo.pr.gov.br - <https://toledoprev.toledo.pr.gov.br/>

Processo nº 01.06.023493/2026-15

Documento nº 0181661v3